

Resumo: O estudo tem por fim refletir sobre o início do processo de institucionalização da farmácia, através de duas associações de cunho científico-profissional, que se formaram em meados do século XIX na capital do Império: a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858). Estas apresentavam propostas que visavam alcançar o estatuto de ciência para a farmácia, compreendidas pela melhoria do ensino farmacêutico, pelo combate ao exercício ilegal da farmácia e pela elaboração de um código farmacêutico brasileiro. O período entre 1851 e 1887 correspondeu ao tempo de vida das sociedades, preenchido pela circulação de seus periódicos e pela existência de seus respectivos gestores. As relações estabelecidas durante o período entre essas associações e a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, criada em 1835, revelam o entrelaçamento da história dos dois países, mesmo depois da independência do Brasil, permitindo identificar pontos em comum: o estigma da inferioridade com relação à medida e às nações consideradas civilizadas; a estruturação do ensino farmacêutico vinculado ao ensino médico; a legislação sanitária; o regime político, entre outras. A articulação que se fazia entre o mundo da arte, da ciência e da política fica em evidência através da reconstituição da trajetória de seus principais fundadores dos dois lados do Atlântico.